

Prefácio para Empresários e Hegemonia Política no Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Prefácio para Fernando Prestes Motta

The Brazilian entrepreneurs may not have political hegemony but they have ideological hegemony.

Fernando C. Prestes Motta, em *Empresários e Hegemonia Política no Brasil*, apresenta-nos um quadro amplo e fascinante do processo político brasileiro, que tem como principal protagonista sua classe dominante: a burguesia local. Utilizando ampla e atualizada bibliografia, o autor procura analisar e tornar compreensível uma realidade que é por sua própria natureza complexa e contraditória. E logra êxito nesse intento, na medida em que vai desenvolvendo seu pensamento com liberdade, sem se preocupar com uma sistematização que só empobreceria a análise.

Se a realidade é eminentemente contraditória, a análise teórica só se torna válida se parte das contradições e as incorpora. Ao invés de reduzir a análise teórica a um sistema de proposições fechadas, o importante é examinar o processo histórico sob ângulos diversos, reconhecer sua ambigüidade e deixar uma certa abertura para as questões analisadas, de forma que a análise das mesmas possa prosseguir de forma criadora. Estes requisitos de ordem metodológica estão presentes neste livro. E tornam sua leitura agradável e estimulante. Não temos verdades acabadas, mas um pensamento em processo de explicitação e descoberta.

Esta característica se revela no problema fundamental que o trabalho procura elucidar: o da existência ou não de uma hegemonia burguesa no Brasil. Outros temas são tratados no livro. O desenvolvimento histórico da burguesia e dos grandes grupos empresariais locais a emergência das camadas médias o caráter das ideologias recentes da burguesia, como o populismo, o nacionalismo, o desenvolvimentismo o desenvolvimentismo do Estado os partidos políticos. Mas todas estas questões acabam referidas ao problema da hegemonia, que é examinado teoricamente no primeiro capítulo, a partir de Marx e Gramsci, e depois discutido durante todo o livro.

Vemos, através dessa análise, que a burguesia, se não é plenamente hegemônica, está longe de ser uma classe desarticulada e politicamente incapaz, como certos trabalhos teóricos procuram apresentar. É certo que a burguesia industrial não logrou, até hoje, transformar-se de classe dominante em classe dirigente de pleno direito. Ela é uma classe ainda em ascensão, que tem sido levada a uma série de alianças para poder participar do poder. Falta-lhe, pois, a hegemonia política. Mas sua hegemonia ideológica é clara. Ela domina os principais aparelhos ideológicos da

sociedade: a escola, a imprensa, o rádio e a televisão, os partidos políticos, as associações profissionais e culturais, os tribunais. A tecnoburocracia tem aí uma participação ainda secundária, e os trabalhadores tendem a permanecer completamente excluídos. Apenas em relação à Igreja Católica esta hegemonia não é nítida. Desde o Concílio Vaticano II a Igreja Católica passa por uma transformação profunda, através da qual foi-se libertando da função de legitimar e sacralizar a ordem estabelecida. Em relação às demais igrejas, é indiscutível a preponderância da ideologia burguesa.

Na verdade, conforme adverte o autor, subestimar a burguesia é um erro. Mais do que isto, creio que um erro dessa natureza é fruto de uma estratégia burguesa de dominação. É declarando-se fraca, contraditória, desarticulada que a burguesia tem melhores condições de exercer o poder política.

Poderíamos negar o caráter ideologicamente hegemônico da burguesia se considerássemos como requisito para isso a existência de uma ideologia burguesa monolítica. Mas se o fizéssemos estaríamos negando a própria possibilidade de uma hegemonia burguesa, porque a ideologia burguesa é por natureza contraditória, imprecisa, desarticulada.

A burguesia é uma classe numericamente muito grande, quando comparada com as oligarquias pré-capitalistas. Nestes termos, para exercer a dominação ela tende a recorrer a mecanismos políticos flexíveis e abertos. Daí seu liberalismo político, daí seu caráter democrático da estratégia de dominação burguesa. Esta característica reforça-se devido ao fato de que, para a extração do excedente, a burguesia, ao contrário do que ocorria nas formações pré-capitalistas, não utiliza diretamente a força, o poder militar. O excedente é apropriado pela burguesia na forma de mais-valia, dentro dos quadros do mercado capitalista. Nestes termos, a burguesia não tende a desenvolver uma ideologia monolítica, a não ser em momentos muito particulares. Sua dominação se exerce muito mais efetivamente nos quadros de um regime politicamente aberto.

No caso brasileiro, até aos anos 30 foi uma burguesia mercantil que dominou o país. Ela era a classe dominante, possuía a hegemonia ideológica e o controle político do Estado. Era, portanto, não apenas a classe dominante, mas também a classe dirigente, com a restrição de que estava subordinada ao imperialismo de então. A transição do capital mercantil para o capital industrial e da burguesia agrário-mercantil para a burguesia local integrada (industrial, comercial, agrícola e financeira) de hoje ocorreu em duas fases. Na primeira, de 1930 até ao fim dos anos cinquenta, teve vigência o pacto populista. Em seguida, e depois de uma crise política profunda durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, define-se um novo pacto de poder. A burguesia, agora plenamente unificada, alia-se à tecnoburocracia emergente e ao novo imperialismo das empresas multinacionais. Os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais de esquerda ou mesmo liberais, e a

própria Igreja, subitamente tornada suspeita, são excluídos do novo pacto político, em nome da segurança nacional, da prioridade à iniciativa privada, da plena integração internacional no bloco liberado pelos Estados Unidos do anticomunismo e do combate à corrupção. Era o pacto tecnoburocrático-capitalista de 1964, a partir do qual a burguesia, embora dominante economicamente, e hegemônica ideologicamente, punha-se sob tutela da tecnoburocracia e associava-se firmemente ao imperialismo multinacional.

Em todo esse processo histórico, porém, a burguesia não cessou de fortalecer-se economicamente e de armar-se ideologicamente. E tudo indica que a tutela militar não lhe serve mais. Por isso a burguesia inicia uma campanha de redemocratização, procura reformular o pacto político vigente, readmitindo os trabalhadores como sócios menores e reduzindo o poder da tecnoburocracia. Nesse projeto, conforme salienta o autor, “a democratização, as liberdades individuais, redistribuição da renda, a nova organização partidária e até problemas de estrutura da propriedade são levantados. Tudo o que possibilita uma rearticulação, que não vá contra a própria burguesia, é objeto de debate. Sem isto estaria comprometida a sua própria prática política”.

São portanto complexos e contraditórios os caminhos da hegemonia burguesa. Esta hegemonia ainda não se realizou plenamente, mas está em marcha. É clara no plano ideológico, apesar da concorrência que lhe fazem tanto a ideologia tecnoburocrática, baseada na eficiência, no planejamento e na competência técnica, quanto a socialista, apoiada no projeto de uma sociedade sem classes e na crítica ao capitalismo. Individualismo, liberalismo, iniciativa privada, mobilidade social e a correspondente igualdade relativa de oportunidades, prioridade ao consumo continuam a ser valores burgueses claramente hegemônicos no Brasil. No plano do controle do Estado, porém, a hegemonia burguesa ainda não se tornou realidade. Tutela político-militar de origem tecnoburocrática e subordinação ou associação às empresas multinacionais continuam a ser características da burguesia brasileira. Sua hegemonia é portanto uma questão em aberto, é um tema que Fernando C. Prestes Motta discute com profundidade e vigor neste livro, sem jamais fechá-lo.